

# Lutas sociais, capitalismo e crises: sonhos e sangue na América do Sul

Social struggles, capitalism and crises: dreams and blood in South America

Cibele Maria Lima Rodrigues – ALAS

## RESUMO

Neste artigo é apresentado um quadro panorâmico de mobilizações recentes que tem ocorrido na América do Sul. Nosso argumento é que essas lutas sociais expressam as diversas formas de resistências aos processos de dominação e exploração que estão relacionados com relações de hegemonia e “posicionamento” dessas sociedades no capitalismo global. O processo histórico de colonização é crucial para compreender as tensões entre grupos dominantes e oprimidos. A análise tem por base nossa interpretação de Gramsci, Stuart Hall, Ernesto Laclau e Lúcio Olivier.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Política. Colonialismo.

## ABSTRACT

In this paper has been present a panoramic **frame** of recent mobilizations that been occurred in South America. Our argument is that social struggles express the several forms of resistance to the relations of hegemony and positioning of these countries in global capitalism. The historical process is crucial to understand the tensions between dominant and oppressed groups. The analysis is based in our interpretation of Gramsci, Stuart Hall, Ernesto Laclau, Lúcio Olivier.

Keywords: Social movements. Politics. Colonialism.

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é apresentar um quadro panorâmico de mobilizações recentes que tem ocorrido na América do Sul compreendendo essas lutas sociais como resistências aos processos de dominação e exploração que, nessa região, estão relacionados ao “posicionamento” dessas sociedades no capitalismo global. Trata-se de uma reflexão ainda incipiente em termos de pesquisa comparativa, mas que tem como propósito despertar o interesse por esse tipo de investigação com o olhar voltado para os povos da América Latina, a partir do Brasil<sup>1</sup>. Nesse sentido, na primeira parte do artigo vamos expor alguns pontos relativos ao processo histórico de colonização e algumas de suas consequências. Em seguida, apresentaremos alguns dados de mobilizações recentes de países vizinhos, e as lutas por

<sup>1</sup> Dados podem ser encontrados no site do Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais (CLACSO), no Observatório Social da América Latina, disponível em [www.clacso.org](http://www.clacso.org). E ainda no site da Associação Latinoamericana de Sociologia (ALAS), [www.alas-sociologia.org](http://www.alas-sociologia.org).

moradia no Brasil. Por fim, elencaremos alguns pontos de nossa observação que tem por base nossa leitura de Gramsci, Stuart Hall, Ernesto Laclau e Lúcio Olivier.

## COLONIZAÇÃO E COLONIALISMO

O processo de colonização é, seguramente, uma marca inscrita nas relações sociais na América Latina. Em certa medida, ele explica muitos elementos da desigualdade e conflitos existentes nessa região. Para Furtado (2002) é uma “dinâmica perversa” em que o comportamento das elites tradicionais é decisivo para perpetuá-la e o sintoma é a alta concentração de renda que convive com estímulo ao consumo das elites. Elites que, em sua maioria, não incorporaram nem ao menos o imaginário igualitário ou republicano das revoluções burguesas, em que pese suas inerentes contradições. Em outras palavras, não incorporam patamares mínimos de aceitação de direitos humanos como racionais e legítimos (RANCIÈRE, 1996), apenas como privilégios das elites dominantes.

Embora estejamos nos referindo ao Brasil essa conclusão se aplica a outros países da América Latina visto que o processo histórico tem aspectos comuns. Autores como Aníbal Quijano tratam dessa temática mais especificamente e de forma mais aprofundada, mostrando como a colonização levada a cabo por alguns países da Europa ocidental e, sobretudo, pelas elites dominantes deixa suas marcas enquanto forma de vida e, sobretudo de opressão dos povos originários. Foi instituída a desigualdade entre países que, ainda hoje, é funcional à manutenção do sistema capitalista. Não se trata apenas de exploração econômica, mas de uma invasão cultural, tal como analisa Freire (1980). As consequências atravessam as dimensões objetivas e subjetivas, e, como todo processo de construção de hegemonia, segundo Gramsci, possui aspectos de coerção e de convencimento.

Para Quijano (2005), tal dominação foi calcada na invenção do conceito de raça. Um poderoso construto, produzido pela ciência, que re-classifica a humanidade. Se até então a classificação dos povos estava relacionada com sua origem geográfica passa a ser usada a cor da pele, e daí se estabelece uma falsa hierarquização, relacionada inclusive com a hierarquização dos modelos cognição. A imposição do modelo epistemológico eurocêntrico como superior e único legítimo, para Quijano é um processo de colonização do saber que inclui toda a nossa formação educacional (desde a educação básica até a acadêmica). A imposição de um modelo de pensar e refletir, de construção de saberes que se auto-proclama como superior. Hall (2003) e Quijano (2005) avaliam que o conceito de *raça* foi a construção política e social em torno da qual se organizou um sistema de poder, em que se constituiu uma cadeia de equivalência entre o registro sócio-cultural e biológico, naturalizando a discriminação.

Segundo Hall (2003), esse discurso criou as condições de expansão do imaginário moderno, ao mesmo tempo, abriu as possibilidades de resistência. Para Stuart Hall, as dicotomias do Iluminismo entre universalidade e singularidade, entre tradicional e moderno, tem efeitos sobre o que é compreendido como cultura. Estas divisões supõem uma separação entre cultura tradicional e moderna, entre comunidade e sociedade. Esse sistema de diferenças coloca o não-moderno (ou pré-moderno) como inferior e enquanto homogeneidade que deve ser substituída por uma “cultura da modernidade” que se auto-define como aberta, racional, universalista e individualista. De fato, percebemos que essa crença (ou arrogância)

acadêmica está presente em filósofos como Husserl. O termo “cultura da modernidade” vai estar presente nas Meditações Cartesianas de Husserl (2001), como a cultura calcada na racionalidade (superior) da ciência moderna, em seu sentido positivo.

Mas, ainda segundo Hall (2003), essa lógica binária (tradição/modernidade) foi minada desde seu início. A concepção de cultura nas comunidades de minoria étnica transcende essa relação fixa entre tradição e modernidade. Não existe uma tradição imutável, há ainda traduções (interpretações) da tradição, num processo de contínua mudança em que existem conflitos. Ao pensar o conceito de ideologia, a formulação marxista de falsa consciência dá lugar a estruturas de entendimento, que propiciam interpretação, sentido, experiência e vivência das condições materiais (ESCOSTEGUY, 2006) que envolve os estudos da linguagem, representação e formas materiais, instituições e práticas sociais. Essa forma de pensar cultura, presente em Stuart Hall, faz parte de um conjunto de formulações teóricas que ficaram conhecidas sob a rubrica dos “estudos culturais” (MATTELART; NEVEAU, 2004; JOHNSON, 2006), tendo como pano de fundo a crítica ao estalinismo e ao economicismo, em torno de uma “Nova Esquerda”, como uma tradição intelectual e política (pelo menos a princípio).

Esse processo outorga legitimidade à conquista e às atrocidades cometidas: a dizimação e tomada das terras. Nesse processo de invasão cultural (FREIRE, 1980) as subjetividades foram, paulatina e violentamente, desqualificadas em sua expressão cultural. Todo o conhecimento produzido e seu modo de vida foram negados causando uma profunda “desidentificação”. Foi esse processo que fez com que mitos tenham sido introjetados em dominantes e dominados, como nos alerta Freire (1980), os oprimidos incorporam as ideias dos opressores e é isso que impede sua libertação. Dentre os mitos o mais eficaz é a ideia de que os povos colonizados são incapazes e essa deficiência é vista como uma fatalidade divina.

Essa construção simbólica vem acompanhada da exploração econômica, baseada, sobretudo, na escravidão e servidão. Assim, Quijano (2005) avalia que foram construídos Estados sem nação visto que a maioria da população foi excluída dos direitos básicos preconizados pelo modelo de Estado moderno. Um modelo que prega o liberalismo econômico amplo, mas baseado na escravidão e liberalismo político apenas para as elites e, conseqüentemente, a democracia não se estabelece enquanto discurso dominante valor ou prática, ao contrário, as análises apontam que o autoritarismo como traço da dinâmica social, da sua cultura e política (ALVARÉZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000). Mas essa hegemonia do autoritarismo social não se deve ao “atraso” ou “subdesenvolvimento”, como preconizavam alguns teóricos, como Almond e Verba (SOMERS, 1995), mas em decorrência desse processo global de dominação. Esses foram os pilares das relações de dominação que garantiram o “bom funcionamento” e expansão do capitalismo mundial. Naturalmente, esses processos não ocorreram sem resistências, muitas foram as lutas.

No início século XX, as estratégias se modificam, a tentativa de incorporar os povos originários e afrodescendentes se deu a partir da criação do mito da mestiçagem como base da nação. Esse processo é bem conhecido no Brasil, pois foi auxiliado por teorias como a democracia racial, mas ele ocorreu em outros países, a exemplo da Bolívia (SANJINÉS, 2009; ORTIZ, 1985). Naturalmente, há diferenças e nuances que são bem analisadas por Quijano (2005). De distintas maneiras, os governantes se valeram do mito da identidade nacional (mestiça) para manter as relações de hegemonia e encobrir o processo histórico anterior e

manter apagadas as identidades dos povos. A paulatina expulsão dos povos originários de suas terras foi contada como um processo natural de aquisição da propriedade privada capitalista. Isso é o que Quijano chamou de formação de Estados sem nação.

Para corroborar o argumento de que os povos originários (ou indígenas) e afrodescendentes foram excluídos dos direitos mínimos, ou da cidadania, encontramos dados de relatório das Nações Unidas que demonstram o quanto persiste essa desigualdade. As conclusões apontam que indígenas e afrodescendentes como os mais pobres da América Latina:

En la región **1 de cada 3** niños indígenas y afrodescendientes vive en extrema pobreza y **2 de cada 3** en pobreza; en las zonas rurales, **9 de cada 10** niños indígenas son pobres y **6 de cada 10** son extremadamente pobres. [...] **Los niños indígenas y afrodescendientes** presentan en mayor medida privaciones vinculadas al acceso a la educación y la información (NACIONES UNIDAS, 2010, p. 47, grifos nossos).

Assim, podemos avaliar o quanto esse processo histórico ainda deixa suas marcas nos dias atuais. Como toda relação de hegemonia, essa realidade não é aceita tacitamente pelos povos “excluídos”. Ao longo dos anos, existiram vários focos de resistência, de lutas por mudanças, por revoluções.

## PROTESTOS E EXPLORAÇÃO NA HISTÓRIA RECENTE

A partir desses pressupostos iniciais podemos avaliar e compreender melhor os protestos e mobilizações dos tempos atuais na América Latina, sobretudo como focos de descolonização, de crítica à opressão e invasão cultural. A análise das lutas sociais pode nos fornecer um quadro das principais contradições que ainda permanecem nessas sociedades, como diria Zizek, são sintomas das fraturas do capitalismo. A concentração de propriedade e as lutas por terra (rurais e urbanas) são, nessa perspectiva, exemplos das consequências desse processo de colonização. É bem verdade que a resposta do Estado aos movimentos sociais, da referida região, tem sido de repressão violenta (SEOANE; TADDEI; ALGRANATI, 2005) desqualificando-os enquanto sujeitos de direitos. Outra face está relacionada com tentativas de cooptação com o intuito de neutralizar sua ação (FONTES, 1995; CROSS; FREY, 2007).

Além disso, como afirma Oliver (2011), podemos analisar sob o prisma da crise do estado ampliado (no sentido definido por Gramsci que inclui os aparelhos repressivos da sociedade política e a sociedade civil). Sendo a sociedade política o momento da coerção e, a sociedade civil, o conjunto de organismos que refletem a tentativa das classes dirigentes de exercer sua hegemonia pela via ideológica, que implica na atuação de organismos privados na busca do consentimento e naturalização das relações de dominação.

Oliver (2011) ao analisar as lutas sociais e protestos ao longo de 2010, constatou uma crise orgânica do estado ampliado na América Latina, no sentido usado por Gramsci. A hegemonia é mantida em relações de tensão e disputa de projetos políticos. Na análise dele, de um lado, os governos e sociedades políticas são tensionados por forças oligárquicas tradicionais que desejam manter a relação de dependência. Ao investirem em políticas de crescimento tomam

o caminho produtivista que é altamente depredador, sem considerar o modo de vida das pessoas. Uma parte dos grupos dominantes perderem o poder, mas os “novos governos” (ou governos de esquerda), em alguns casos, não conseguem sair da armadilha da subordinação, em que pese o esforço para fortalecimento do Estado. Isso ocorre por não elaborarem políticas profundas e necessárias para mudar o padrão de dominação e por sua própria subordinação ao sistema capitalista, mais poderoso que os governos.

De outro lado, os movimentos sociais, que, em suas lutas, tentam construir caminhos alternativos, propondo intervenções nas políticas sociais com a finalidade de criar novos sentidos para a construção de uma democracia. Nesse sentido, os movimentos sociais têm questionado os modos de vida. E, como demonstram autores como Albó (2009), vão buscar nas tradições dos povos originários elementos para construção de políticas e de um novo modo de vida, como é o caso da chamada Ética do Bem Viver. Trata-se de uma construção dos povos originários em suas lutas por emancipação, autores bolivianos como Tapia (2012), Farah e Gil (2012) desenvolvem de maneira mais aprofundada essa reflexão, mas também há outras contribuições vindas de intelectuais peruanos, a exemplo de Mejía (2012).

Essa tensão entre movimentos, poder econômico e governos pode ser percebida a partir da análise do caráter de algumas lutas sociais na América Latina. Para elucidar esse argumento, e concordando, em certa medida com Lucio Oliver, podemos citar algumas manifestações recentes.

No Chile e na Colômbia, o foco das manifestações é a educação, já duramente atacada pelas reformas privatistas neoliberais dos anos 1990. Os governos querem fazer novas reformas que aprofundam ainda mais a desigualdade já existente. Manifestações pela educação pública aconteceram ao longo de 2011 e ainda permanecem. Estudantes e professores se uniram em reação aos ataques dos governos. A educação é um dos direitos negados à grande maioria da população da região. Esse argumento está desenvolvido por Gentili (2009) ao analisar os dados sobre educação na América Latina. Ele denominou de “exclusão includente” na escolarização, pois mesmo que tenham melhorado os índices de acesso à educação os processos de exclusão permanecem com outras feições, sobretudo na qualidade dos serviços e na privatização de vários setores, sobretudo das universidades.

Segundo Freire (1980) existe uma intencionalidade nas ações das “elites opressoras” que preferem manter as massas alijadas da educação crítica. Nesse processo a criminalização dos movimentos, sobretudo dos docentes também aparece na Argentina, em que a presidenta chegou a afirmar que os docentes são “trabajadores que gozan de estabilidad frente al resto de los trabajadores, con jornadas laborales de cuatro horas y tres meses de vacaciones”<sup>2</sup> e ademais são absenteístas. Uma tentativa de desqualificar e deslegitimar suas reivindicações, mas, naturalmente, essa declaração gerou reações dos sindicatos. Essa prática de deslegitimação das demandas é comum em relação aos movimentos sociais em outros governos (RODRIGUES, 2009).

Na Bolívia as teses de Lúcio Olivier se confirmam. Atualmente governada por uma liderança dos povos originários, Evo Morales: “um indígena levado ao poder pelo movimento indígena, impõe sem consulta prévia [...] a construção de uma estrada em território indígena para explorar recursos naturais” (SANTOS, 2012).

<sup>2</sup> SUTEF CFK..., 2012.

O sentimento “indignação” dos povos originários expresso na seguinte afirmação: “O presidente Evo Morales não considera seu passado e participação no Exército Guerrillero Tupak Katari”<sup>3</sup>. Criou um discurso pouco ético de “esquerda” para justificar prisões e repressões. Inclusive anunciou um processo de consulta para desmobilizar o movimento. Os representantes das comunidades indígenas organizados sob a Confederação dos povos indígenas (CIDOB) organizaram uma marcha de trinta dias, em setembro de 2011.

A exploração dos recursos naturais, uma marca da colonização, continua. Como mostram notícias do Peru. Protestos contra projetos de mineração em Cajamarca y Celendín, no Peru, que envolvem empresas que contaminam águas, terra e ar. Essas empresas atuam com o aval político do governo para exploração das minas de cobre e ouro, e ainda corrompem autoridades, dividem os povos. Também nesse caso, houve mortos e feridos na repressão violenta ordenada pelo governo<sup>4</sup>.

A semelhança dessas lutas e protestos com a realidade brasileira nos fazem parte dessa América Latina. No caso do Brasil, um dos campos que mais demonstrou a tensão entre movimentos, capital econômico e governo foi a política habitacional, na gestão de Lula. Essa relação é bastante complexa e foi analisada mais profundamente em outro trabalho (RODRIGUES, 2009). Os exemplos que vamos citar serão usados a título de comparação com as outras manifestações coletivas apresentadas anteriormente. No caso do Brasil, também está presente a tensão e a crise apresentada por Lucio Olivier. E a relação de hegemonia e jogo das semi-identidades definida por Laclau (1990).

De um lado, os movimentos populares que apostaram na criação de Conselhos, como solução possível para instituir o “poder popular e cultura política democrática”. Conseguiram criar o Conselho Nacional das Cidades e obter hegemonia na sua composição. Obtiveram várias conquistas no Conselho das Cidades, tais como a criação de leis, programas; fundo para habitação social; aumento de orçamento para habitação popular. Tais medidas causaram um aumento no acesso à moradia para os pobres que não teriam essa oportunidade apenas pelo salário. Muito embora devamos ressaltar que a qualidade das moradias deixa a desejar, seria o que Engels chamou de organizar os pobres o menos mal possível (LEFEBVRE, 1999). Nesse contexto, trata-se de uma mudança positiva em relação aos governos anteriores que foram piores.

Por outro lado, o setor do capital imobiliário foi um dos que obteve os maiores lucros, sobretudo patrocinados pelo governo, por meio de incentivos fiscais. E ainda, o governo nem sempre respeitou as deliberações do conselho, chegando a diminuir recursos que já tinham sido indicados. A criação de parcerias público-privadas e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) vai em direção contrária ao que pregam os movimentos. Além disso, mesmo que o governo federal tenha tido uma atitude de respeito em relação às lideranças dos movimentos populares (o que não ocorreu no governo de Fernando Henrique) os dados mostram que a cada ano 13.815 famílias, a cada ano, receberam ordens de despejo do Poder Judiciário (o que demonstra o poder dos empreendedores).

<sup>3</sup> PUEBLOS indígenas..., 2012.

<sup>4</sup> Notícias podem ser consultadas no site <<http://www.somossur.net/sur-america-latina/america-latina-en-movimiento.html>>.

Esse processo resultou em mudanças na identidade dos representantes do movimento. O jogo de semi-identidades, tal como descrito por Laclau (1990), fez com que na relação dentro do conselho os movimentos chegassem a recuar de suas posições e aderir às concepções do governo. Como por exemplo, mudar de opinião em relação às Parcerias Público-Privada.

## **ANALISANDO PONTOS COMUNS**

Ao observarmos os protestos nesses países, percebemos, além dos pontos destacados por Lucio Oliver, a manutenção dos padrões de autoritarismo e de exclusão da cidadania. Percebemos nos exemplos e em muitos outros (disponíveis no Observatório Social da América Latina do CLACSO), a manutenção de um padrão de criminalização de militantes e desqualificação das reivindicações. A repressão estatal tem sido comum, fazendo com que os militantes atuem em contextos adversos, em que suas reivindicações são ilegítimas. Os direitos privados e das elites continuam predominando, mesmo que, já tenha havido mudanças. Os patamares não são os mesmos, mas paira o espectro do autoritarismo estatal.

E, conseqüentemente a exploração e expropriação nas relações sociais, tendo em vista a manutenção de padrões de desigualdade, de miséria e não-cidadania. Mesmo a cidadania liberal ou emancipação política (MARX, 1995), em sua acepção mais conservadora não tem lugar, pois ainda predomina, em certa medida, os padrões autoritários da colonização. Muito embora devamos sempre admitir que mudanças tem ocorrido e que os processos de mudança social são realmente lentos.

No jogo político podemos ainda observar ataques aos direitos adquiridos; descumprimento de acordos. E nas políticas sociais há movimentos de recuos e avanços, que decorrem do que Lucio Oliver já constatou que é a falta de mudanças profundas no padrão de dominação e subordinação ao sistema capitalista, mais poderoso que os governos. Alguns autores se questionam sobre as possibilidades em conceituarmos essas sociedades como democráticas, já que, de uma forma geral, democracia está associada à possibilidade de questionamento (VITULLO, 1999; MOUFFE, 2002; LACLAU, 1996).

Essa tensão permanente leva a mudanças e crises nas identidades dos militantes que se vem, às vezes, forçados a aceitar padrões mínimos nas políticas sociais por receio de não terem nada. Esse contexto adverso levam os movimentos a redefinir constantemente o que denominei de espectro das lutas possíveis, a cada conjuntura política (LACAN, 1996; LEFEBVRE, 1999). Nesse sentido, as manifestações coletivas dos grupos podem oscilar em ações de conflito, de antagonismo e de naturalização das formas tradicionais de fazer política, como defendeu Mutzenberg (2002).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A observação das mobilizações e lutas sociais ao longo da história da América Latina nos mostra como opera a lógica da hegemonia, nos termos de Laclau. De um lado, a construção de um mito para garantir a dominação (LACLAU, 1990), de outro lado, há sempre espaço para constituição de novas subjetividades políticas que surgem a partir das contradições

e ambiguidades das promessas do mito. Assim, se fizermos uma leitura a partir dos pós-colonialistas podemos também afirmar que nem todas as mentes e corações se tornam totalmente colonizados (HALL, 2003). As subjetividades que entram em conflito com os padrões de dominação, de colonização, seriam justamente as que conseguiram perceber esse processo e constituir-se fora da lógica hegemônica. Numa perspectiva de crítica, como propõe o marxismo e no esteio dele, Paulo Freire.

As lutas sociais envolvem diferentes subjetividades políticas em torno do que denominamos tradição revolucionária (RODRIGUES, 2009). Se de um lado, as adversidades que deveriam desmobilizar e levar à apatia e conformismo, de outro lado, essas subjetividades (re)clamam por mudanças. São os indignados com todas as formas de injustiça e opressão. O que os une é a solidariedade com os injustiçados e a esperança de um mundo melhor. De forma mais específica, essas pessoas se movem a partir do imperativo categórico (moral) que a vontade geral prevalece sobre indivíduo para estabelecer uma comunidade justa, como na ideia de república de Platão (1999) e de comunismo em Marx e Engels (1998). Mas, além disso, trata-se de um tipo de mobilização de sentimentos (libidinal), como já afirmava Gramsci, e atestam também autores como Laclau (2006), Mouffe (2002) e Melucci (1989). Acrescentaria apenas que a memória das lutas coletivas é um desses impulsos para a ação coletiva, aliado a esperança de um mundo mais justo. Muito embora devamos ressaltar que na perspectiva aqui adotada, essa tradição é apenas uma superfície inscrição em que muitos e diferentes sonhos podem se materializar no termo revolução. Há um campo de disputa e divergências entre os agentes que desejam a revolução. E as lideranças dos movimentos atuam como intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 2001) constituindo discursos e convencendo pessoas a lutar contra as diversas formas de opressão.

Nesse sentido, resta à academia, em nossa opinião, estabelecer uma relação dialógica com os movimentos sociais (no sentido usado por Paulo Freire e pela educação popular). As formas de execução desse ideal são as mais diversas. E, cada vez mais se faz necessária uma maior aproximação da produção intelectual que está sendo desenvolvida na América Latina. O campo do pensamento crítico na região tem produzido reflexões bastante singulares, como também se trata, em grande parte, de um grupo engajado nas lutas sociais.

## REFERÊNCIAS

ALBÓ, Xavier. Muchas Naciones en una. In: ORTUSTE, Gonzalo Rojas. **Nación o naciones boliviana(s)? Institucionalidad para nosotros mismos**. Bolívia: CIDES, 2009.

ALVARÉZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

CROSS, Cecília; FREY, Ada. Movimientos Piqueteros y democracia em Argentina: um estúdio sobre la acción política de cuatro organizaciones en el período 2002-2004. **Latitudo**, Maceió, EdUFAL, ano 1, n. 1, p. 83-102, 2007.

ESCOSTEGUY, Ana. Estudos culturais: uma introdução. In: JONHSON, Richard; ESCOSTEGUY, Ana; SCHULMAN, Norma. **O que é afinal, estudos culturais?** Tradução de: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 133-166.

FARAH, Ivone; GIL, Maurício. Modernidades Alternativas: una discusión desde Bolívia. In: MARTINS, Paulo Henrique; RODRIGUES, Cibele. **Fronteiras abertas da América Latina: diálogos na ALAS-Associação Latinoamericana de Sociologia**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. p. 83-114.

FONTES, Breno A. S. M. Clientelismo urbano e movimento popular: a construção de redes de poder. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 81, 1995. p 119-155.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 8. ed. RJ: Paz e Terra, 1980.

FURTADO, Celso. **Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 101p.

GENTILI, Pablo. O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 109, p. 1059-1079, dez. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302009000400007&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302009000400007&script=sci_arttext)>. Acesso em: 01 out. 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 1. (Carlos Nelson Coutinho, tradução e edição).

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 161-197.

HUSSERL, Edmund. **Meditações cartesianas: introdução à fenomenologia**. Tradução Maria Gorete Lopes e Souza. Porto: Rê, 2001.

JOHNSON, Richard. **O que é, afinal, estudos culturais?** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 236 p.

LACAN, Jacques. O estádio do espelho como formador de função do EU. In: ZIZEK, Slavoj (Ed.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 97-104.

LACLAU, Ernesto. Glimpsing the future. In: CRITCHLEY, Simon; MARCHART, Oliver (Ed.). **Laclau: a critical reader**. London: Routledge, 2006. p. 279-328.

\_\_\_\_\_. Poder e representação. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 7, p. 7-28, dez. 1996. Tradução de: Joanildo Burity.

\_\_\_\_\_. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1990. p. 19-99.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Tradução de: Maria Helena Ramos e Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. 180 p.

MARX, Karl. Glosas críticas marginais ao artigo: o rei da Prússia e a reforma social de um prussiano. **Práxis**, Itumbiara, n. 5, p. 69-91, out./dez. 1995.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MATTELART, Armand; NEVEAU, Érik **Introdução aos estudos culturais**. Tradução de: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2004. 215 p.

MEJÍA, Julio. Colonialidad y des/colonialidad en América Latina. Elementos Teóricos. In: MARTINS, Paulo Henrique; RODRIGUES, Cibele. **Fronteiras abertas da América Latina: diálogos na ALAS-Associação Latinoamericana de Sociologia**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. p. 57-82.

MELUCCI, Alberto. **Nomads of the present: social movements and individual needs in contemporary society**. Great Britain: Anchor Press, 1989.

MOUFFE, Chantal. **Politics and passions: the stakes of democracy**. London: Centre for the Study of Democracy, 2002.

MUTZENBERG, Remo. **Ações coletivas, movimentos sociais:** aderências, conflitos e antagonismo social. 2002. 233f. Tese (Doutorado Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

NACIONES UNIDAS. Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL); FONDO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA INFANCIA (UNICEF); POBREZA INFANTIL EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. Naciones Unidas, 2010, 208 p. Disponível em: <[http://www.unicef.org/lac/Libro-pobreza-infantil-America-Latina-2010\(1\).pdf](http://www.unicef.org/lac/Libro-pobreza-infantil-America-Latina-2010(1).pdf)>. Acesso em: 01 out. 2012.

OLIVER, Lucio. Sociedad civil y proyectos políticos en disputa. Conyuntura latinoamericana 2011. In: CONGRESSO ALAS, 18., 2011. **Anais...** Disponível em: <<http://www.anais.alas2011recife.com>>. Acesso em: 02 out. 2012.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional.** São Paulo: Brasiliense, 1985. 148 p.

PLATÃO. **A república.** São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores).

PUEBLOS indígenas actores dela VIII marcha por ladignidade territorio y em defensa del Tipnis. Disponível em: <<http://www.somossur.net/bolivia/economia/no-a-la-carretera-por-el-tipnis/793-pueblos-indigenas-actores-de-la-viii-marcha-por-la-diignidad-territorio-y-en-defensa-del-tipnis.html>>. Acesso em: 02 out. 2012

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005. p. 227-278. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>>. Acesso em: 03 out. 2012.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento:** política e filosofia. São Paulo: Ed. 34, 1996. p. 7-70.

RODRIGUES, C. **Cultura política e Movimentos Sem-Teto:** as lutas possíveis. 2009. 364 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia, Recife, 2009.

SANJINÉS, Javier. **Rescaldos del pasado:** conflictos culturales en sociedades postcoloniales. La Paz: Fundación PIEB, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. As últimas trincheiras. **VISÃO**, p 20. 23 ago. 2012. Disponível em: <[http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/As%20%C3%BAltimas%20trincheiras\\_23Agosto2012.pdf](http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/As%20%C3%BAltimas%20trincheiras_23Agosto2012.pdf)>. Acesso em: 04 out. 2012.

SEOANE, José; TADDEI, Emílio; ALGRANATI, Clara. The new configurations of popular movements in Latin America. In: BORON, Atilio A.; LECHINI, Gladys (Ed.). **Politics and social movements in an hegemonic world:** lessons from Africa, Asia and Latin America. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 221-244.

SOMERS, Margaret R. What’s political or cultural about political culture and the public sphere? Toward an historical sociology of concept formation. **Sociological Theory**, Washington, v. 13, n. 2, jul. 1995.

SUTEF CFK desconoce la realidad hay mucho trabajo fuera de la escuela que nadie lo paga. Disponível em: <<http://www.periodicosocial.com/noticias/leer/32627-sutef-cfk-desconoce-la-realidad-hay-mucho-trabajo-fuera-de-la-escuela-que-nadie-lo-paga.html>>. Acesso em: 02 out. 2012.

TAPIA, Luis. Un cosmopolitismo de la periferia. In: MARTINS, Paulo Henrique; RODRIGUES, Cibele. **Fronteiras Abertas da América Latina:** diálogos na ALAS-Associação Latinoamericana de Sociologia. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. p.29-44.

VITULLO, Gabriel. Saindo do marasmo acadêmico. In: BAQUERO, M. (Org.). **Desafios da democratização na América Latina.** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999. p 31-46.